

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)



ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA E SOCIEDADE BRASILEIRA

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)



ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA E SOCIEDADE BRASILEIRA

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Drª Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Arquitetura contemporânea e sociedade brasileira

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Jeanine Mafra Migliorini

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura contemporânea e sociedade brasileira /
Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-169-2
DOI 10.22533/at.ed.692211606

1. Arquitetura. I. Migliorini, Jeanine Mafra
(Organizadora). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Vivemos em uma sociedade em processo constante de mudanças, de ressignificações, um processo cada vez mais acelerado pela tecnologia e isso pode ser percebido diretamente na arquitetura e no urbanismo. É necessário que se discutam essas transformações de maneira crítica para que a produção dessa área seja concreta, de qualidade e aplicável ao cotidiano. Este livro apresenta textos que trazem à tona discussões pertinentes acerca do já construído e do porvir das edificações e do urbano.

A percepção de que o espaço que vivemos tem uma importância histórica e que não se pode simplesmente apagar o passado (ou demolir, neste caso) e iniciar uma nova jornada, livre de tudo, é imprescindível para criarmos metodologias que analisam essa trajetória dos bens históricos materiais e imateriais e a seleção do que deve ser mantido dessa caminhada. O que cuidar, como cuidar devem ser perguntas recorrentes no pensamento dos produtores do espaço.

Relevante também os estudos sobre como podemos manter tradições e métodos construtivos vernaculares e aplicar novas tecnologias e aprendizados para aumentar a qualidade do viver. É um caminho para dar consistência e valorizar cada traço da identidade desses métodos auxiliando no processo de permanência dos mesmos.

Discute-se a maximização da qualidade do urbano, dos espaços coletivos, dos quais a população deve se apropriar para gerar um sentido. Discutir o ambiente coletivo em várias esferas e escalas nos faz refletir como nossa própria ação cotidiana pode interferir na construção desse espaço.

O debate se expande além da totalidade da cidade grande e passa pelos pequenos locais dessa, como praças ou suas rotas caminháveis, onde intervenções pontuais podem trazer respostas positivas. Vai também para os municípios médios e pequenos, uma vez que todos são afetados por essa realidade de constante transformação e que precisam de interferências que antecipem situações e não apenas resolvam os problemas já surgidos.

Todo debate do urbano deve considerar o contexto, sua história e a implicação que esses projetos podem causar nas comunidades, e esse debate se estende ao pensarmos o futuro de nossas cidades. O que podemos fazer, como pensar e agir para construirmos um urbano melhor?

Tomando nossa história, nossa produção como base podemos debater e construir espaços repletos de memória, de identidade, de qualidade e modernidade em nossas casas e nossas cidades.

Boa leitura e muitas reflexões!

Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

PATRIMÔNIO CULTURAL DE PORTO MURTINHO MS

Maria Margareth Escobar Ribas Lima

Arlinda Cantero Dorsa

Rodrigo Mendes de Souza

Érika Santos Silva

Mariana de Barros Casagrande Akamine

Dagny Más

Andressa Silva Moura

Aline Yuri Shimabukuro

Amanda Lourenço Maciel

Ana Clara Chaves dos Santos Silva

Danilo Henrique de Freitas Quirino

Emmanuel Lemos da Conceição

Giovana Marques de Araújo Zafalon

Melyssa Rodrigues Lino

Raquel Pires de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.6922116061

CAPÍTULO 2..... 15

ANTIGO MERCADO DE SANTO AMARO E SUA INSERÇÃO URBANA

Nathalia Gomes da Costa

Maria Augusta Justi Pisani

DOI 10.22533/at.ed.6922116062

CAPÍTULO 3..... 33

ESTUDOS BIOCLIMÁTICOS DA HABITAÇÃO RIBEIRINHA AMAZÔNICA: ANÁLISE DOS SISTEMAS DE FECHAMENTO VERTICAIS E AS ABERTURAS

Luís Gregório Piérola

Celia Regina Moretti Meirelles

DOI 10.22533/at.ed.6922116063

CAPÍTULO 4..... 48

A BIOMIMÉTICA COMO FERRAMENTA NA REVITALIZAÇÃO DE AMBIENTES DE ESTUDO E PESQUISA: CASO DO INTECHLAB

Maria Clara Cazita Soares Silva

Isla Vitoria Carvalho Lopes

Luciana Patrícia Ferreira

Mariana Martins Drumond

DOI 10.22533/at.ed.6922116064

CAPÍTULO 5..... 60

DIREITO DE LAJE: O ACESSO À MORADIA E A POSSÍVEL PERPETUAÇÃO DA SEGREGAÇÃO SÓCIO ESPACIAL

Eliane França Conti

Thiago Chagas de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.6922116065

CAPÍTULO 6..... 70

OS SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES E A CIDADE: A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS PRAÇAS PRÓXIMAS ÀS INTERVENÇÕES OLÍMPICAS DO RIO DE JANEIRO

Felipe Buller Bertuzzi
Grace Tibério Cardoso

DOI 10.22533/at.ed.6922116066

CAPÍTULO 7..... 82

O CONCEITO DE PLACEMAKING APLICADO A REINVENÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE DAS PRAÇAS VICTOR CIVITÁ E HORÁCIO SABINO

Virginia Candido Lemes Benavent Caldas
Gabriela Moraes Gomes

DOI 10.22533/at.ed.6922116067

CAPÍTULO 8..... 97

RURALIDADES NO URBANO E SUA INFLUÊNCIA NA DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA CIDADE DE BONITO (BA)

Taiane dos Santos Nascimento
Agripino Souza Coelho Neto

DOI 10.22533/at.ed.6922116068

CAPÍTULO 9..... 110

RURALIDADES NO URBANO E INSERÇÃO EM REDE URBANA: ESTUDO DE CASO DA CIDADE DE MAIRI (BA)

Ana Carla Freitas dos Santos
Agripino Souza Coelho Neto

DOI 10.22533/at.ed.6922116069

CAPÍTULO 10..... 123

REFERENCIAIS DE IDENTIDADE DO ESPAÇO URBANO DO TATUAPÉ: PERCEPÇÃO DO PEDESTRE EM ROTAS CAMINHÁVEIS

Silvia Pereira de Sousa Mendes Vitale
Denilsa Aparecida Marques
Edvania Delmiro Viana
Gabriel Rodrigues dos Santos
Milena Rodrigues de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.69221160610

CAPÍTULO 11 139

AVALIAÇÃO DAS RUPTURAS URBANAS ATRAVÉS DO MAPEAMENTO COMPORTAMENTAL: UM ESTUDO EM VILA VELHA/E.S

Ana Paula Rabello Lyra
Nayra Carolina Segal da Rocha
Débora Firme Santana Vaz

Caroline Crys da Silva Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.69221160611

CAPÍTULO 12..... 152

DOS CAMPOS AO CONCRETO: O DESENVOLVIMENTO URBANO DE CAMPO MOURÃO

Caio Felipe de Souza Fialho

DOI 10.22533/at.ed.69221160612

CAPÍTULO 13..... 169

DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA DE DIAGNÓSTICO E MICROPLANEJAMENTO URBANO APLICADO NO CENTRO DA CIDADE DE COLATINA-ES

Amanda Manola

Anna Karolina Salomão

Sérgio Miguel Prucoli Barboza

DOI 10.22533/at.ed.69221160613

CAPÍTULO 14..... 184

ESTUDO DO MICROPLANEJAMENTO URBANO E SUA VIABILIDADE EM UMA CIDADE DE PEQUENO PORTE

Anna Karolina Salomão

Amanda Manola

Sérgio Miguel Prucoli Barboza

DOI 10.22533/at.ed.69221160614

CAPÍTULO 15..... 198

DA PORTA PARA DENTRO, DA PORTA PARA FORA: A RUA PODE SER A EXTENSÃO DA CASA?

Maria de Lourdes Carneiro da Cunha Nóbrega

Isabella Leite Trindade

DOI 10.22533/at.ed.69221160615

CAPÍTULO 16..... 211

EM PARALELO - UMA HIPÓTESE PARA O SÉCULO XXI
OCUPAÇÃO DO ESPAÇO AÉREO COMO ALTERNATIVA DE ADENSAMENTO E PRESERVAÇÃO DO TECIDO URBANO

Maurício Addor Neto

DOI 10.22533/at.ed.69221160616

SOBRE A ORGANIZADORA 235

ÍNDICE REMISSIVO..... 236

CAPÍTULO 1

PATRIMÔNIO CULTURAL DE PORTO MURTINHO MS

Data de aceite: 01/06/2021

Maria Margareth Escobar Ribas Lima

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campo Grande - MS
<http://lattes.cnpq.br/2629151040860895>

Arlinda Cantero Dorsa

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande - MS
<http://lattes.cnpq.br/2445144539614697>

Rodrigo Mendes de Souza

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
São Paulo - SP
<http://lattes.cnpq.br/4817887196211553>

Érika Santos Silva

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande - MS
<http://lattes.cnpq.br/8284493131393152>

Mariana de Barros Casagrande Akamine

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande - MS
<http://lattes.cnpq.br/0605108203025505>

Dagny Más

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campo Grande - MS
<http://lattes.cnpq.br/7407943401037238>

Andressa Silva Moura

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campo Grande - MS
<http://lattes.cnpq.br/9783539678394184>

Aline Yuri Shimabukuro

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campo Grande - MS

Amanda Lourenço Maciel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campo Grande - MS
<http://lattes.cnpq.br/4141441864363230>

Ana Clara Chaves dos Santos Silva

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campo Grande - MS
<http://lattes.cnpq.br/7662207268673219>

Danilo Henrique de Freitas Quirino

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campo Grande - MS
<http://lattes.cnpq.br/8421433353458658>

Emmanuel Lemos da Conceição

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campo Grande - MS
<http://lattes.cnpq.br/9308377701661567>

Giovana Marques de Araújo Zafalon

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campo Grande - MS
<http://lattes.cnpq.br/6089955160582110>

Melyssa Rodrigues Lino

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campo Grande - MS

Raquel Pires de Freitas

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campo Grande - MS

RESUMO: Arelado ao desenvolvimento do Plano Diretor de Porto Murtinho, o eixo do Patrimônio Histórico Cultural apresenta neste artigo levantamentos e análises obtendo grande avanço na catalogação do patrimônio material e

imaterial do Município de Porto Murtinho. Com uma base conceitual e referencial inicialmente construída, e apesar das dificuldades quanto às visitas in loco por conta da pandemia de Covid-19 e dos eventuais documentos que se apresentavam deteriorados ou inexistentes, foi possível organizar as informações referentes à história e cultura locais, bem como realizar a demarcação dos bens que demonstravam elementos marcantes para a caracterização da cidade e de seu povo, trazendo à tona parte da história e dos costumes esquecidos ou não amplamente divulgados.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural; Porto Murtinho; Patrimônio material; Patrimônio imaterial;

CULTURAL HERITAGE OF PORTO MURTINHO MS

ABSTRACT: Linked to the development of the Porto Murtinho's Master Plan, the axis Historical Cultural Heritage presents in this article surveys and analyzes obtaining great progress in the cataloging of the material and immaterial heritage of the Municipality of Porto Murtinho. With a conceptual and referential base built, and despite the difficulties regarding on-site visits due to the Covid-19 pandemic and eventual deteriorated or non-existent documents, it was possible to organize the information regarding the local history and culture, as well as to demarcate the assets that demonstrated striking elements for the characterization of the city and its people, bringing to light part of the history and of the customs forgotten or undisclosed.

KEYWORDS: Cultural heritage; Porto Murtinho; material heritage; immaterial heritage.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo a identificação do Patrimônio Cultural de Porto Murtinho e faz parte da pesquisa em andamento relacionada ao projeto *“Apoio ao desenvolvimento do Plano diretor de Porto Murtinho MS”*, fruto de parceria interinstitucional, com visão interdisciplinar, entre o município e universidades do Mato Grosso do Sul (UFMS, UCDB, UEMS) a partir de seus pesquisadores, colaborando na elaboração do Plano Diretor com vistas ao desenvolvimento do município.

Relaciona-se também à implantação do Corredor Bioceânico, considerado uma alavanca desenvolvimentista pela sua localização estratégica tanto para a cidade de Porto Murtinho quanto ao seu entorno, como instrumento potencializador do turismo, comércio, logística e outras atividades, viabilizando assim, uma proximidade total com os portos do Pacífico, no Chile.

Neste contexto, a estrutura temática desta pesquisa contempla, as seguintes questões teóricas: i) Patrimônio Cultural: conceitos básicos, importância, preservação; ii) Políticas de preservação do Patrimônio cultural; iii) História de Porto Murtinho; iv) Identificação do patrimônio cultural de Porto Murtinho -MS.

A partir desses tópicos, iniciou-se uma pesquisa bibliográfica e documental para a fundamentação dos primeiros tópicos que englobam questões conceituais e normativas referentes ao tema. Com essa base teórica, partiu-se para a investigação do patrimônio do

município por meio de visita *in loco*, entrevistas, levantamentos fotográficos e documentais. A partir dessas informações, foi possível demarcar os bens - materiais e imateriais - a serem preservados, averiguando quais apresentam elementos arquitetônicos ou históricos mais relevantes e importantes para a população e cultura local.

Com isso, pretende-se criar estratégias e diretrizes de preservação e conservação dos bens, sejam eles relacionados ao patrimônio edificado ou aos costumes identificados, delimitando áreas para a proteção e a divulgação dos bens a sua população, iniciando assim um processo de reconhecimento e apego às questões locais.

2 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.1 Patrimônio Cultural

No dicionário Houaiss sua definição é “a palavra patrimônio contém dois vocábulos: *pater e nomos*. *Pater* significa, etimologicamente, o chefe de família e, em um sentido mais amplo, aos nossos antepassados, ou seja, bens de família, herança, posses”. Vincula-se, portanto, aos bens, haveres ou heranças por eles deixados e que podem ser de ordem material ou imaterial. *Nomos* significa, em grego, lei, usos e costumes relacionados à origem, tanto de uma família quanto de uma cidade, já com a ideia do que se relaciona ao coletivo ampliando-se assim o conceito.

Já com relação ao Patrimônio Cultural, entende-se bens de natureza materiais ou imateriais, que compõem a memória coletiva de um povo envolvendo tudo o que constrói a cultura, identidade e história de uma coletividade. Dessa forma, o patrimônio está ligado ao contato permanente com as origens que fundaram uma sociedade e à ética de uma determinada comunidade.

Diante disso, podem-se citar, duas acepções de “Patrimônio Cultural”, contidas no Decreto Lei número 25 de 1937:

Patrimônio cultural é o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937).

A segunda definição, a partir da Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a nomenclatura Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro.

Esta Carta Magna estabelece ainda, a parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, no entanto, mantém a gestão do patrimônio e da documentação relativa aos bens sob a responsabilidade da administração pública. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter material e

imaterial. Em seu Art. 216, define assim patrimônio cultural: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

2.2 Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural

Um bem cultural pode ser material, imaterial ou ter interligação entre ambos, assim como pode ter relevância em termos de memória em mais de um nível territorial, podendo ser utilizados instrumentos de proteção simultâneos (como por exemplo, ser um bem tombado em nível municipal e estadual, ou estadual e federal, ou municipal e federal, ou até mesmo em todos). Desta forma, tem-se a seguinte cronologia, quanto a leis e decretos, nas três esferas:

Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural		
Nível Federal		
Lei / Decreto	Data	Assunto
Decreto Lei nº 25	de 30 de novembro de 1937	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
Lei nº 3.924	de 26 de julho de 1961	Dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos.
Decreto nº 3551	de 4 de Agosto de 2000	Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.
Nível Estadual		
Lei nº 3.522	de 30 de maio de 2008	Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Mato Grosso do Sul.
Decreto nº 12.686	de 30 de dezembro de 2008	Regulamenta a lei nº 3.522, de 30 de maio de 2008.
Lei nº 5.035	de 31 de julho de 2017	Altera a Lei nº 3.522 de 30 de maio de 2008.
Nível Municipal		
Lei nº 1403	de 23 de Abril de 2009	Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Cultural do Município de Porto Murtinho - Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.
Lei nº 1461	de 17 de Fevereiro de 2011	Reformula o Conselho Municipal de Cultura no Município de Porto Murtinho - MS.
Lei nº 1462	de 17 de fevereiro de 2011	Cria o Fundo Municipal de Incentivo a Cultura no Município de Porto Murtinho - MS.

Tabela 1- Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural.

Fonte: Elaborado por Mariana de Barros Casagrande Akamine, 2021.

2.3 O Município De Porto Murtinho

Porto Murtinho, localizado às margens do rio Paraguai, nasce a partir da demarcação de limites entre Brasil e Paraguai logo após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). O responsável por tal tarefa, Thomas Laranjeira, em uma das expedições de demarcação observou a abundância de erva mate nativa na região ao sul do estado e em 1882 solicita e consegue da Província de Mato Grosso, através do Decreto Imperial 8.799 de 09/12/1882, a exploração da área.

A sede do município fica distante 443 km da capital Campo Grande e tem como

rodovia de acesso a BR 267 além de apresentar acesso fluvial por meio dos portos implantados na região urbana às margens do Rio Paraguai. Seu perímetro urbano instituído pela Lei Municipal nº 832/89, compreende a área de 6,59 km², delimitada pelo Dique, construído na década de 1985 a fim de conter as enchentes que assolavam a região.

A história da cidade está ligada a ciclos econômicos, exercendo muita influência em âmbito nacional entre 1890-1950, sendo eles a pecuária, com a produção de charque, a produção e exportação da erva mate, planta nativa da região, e o tanino, extraído do quebracho também encontrado na região.

A seguir uma linha do tempo com os anos e seus respectivos acontecimentos que fizeram parte da formação e história do município e uma descrição desses ciclos econômicos (Figura 01).

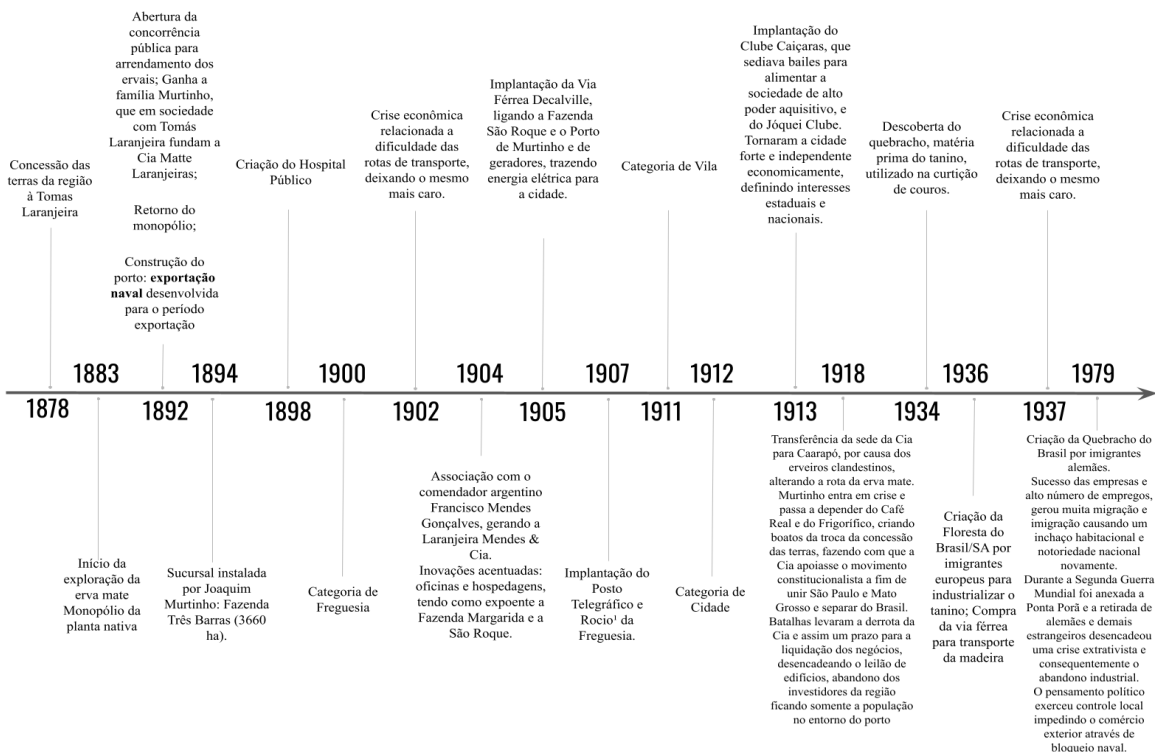


Figura 01 - Linha do tempo sobre a história da formação de Porto Murinho.

Fonte: Margareth Escobar Ribas Lima. Autoria: Amanda Maciel, 2020.

2.3.1 Ciclo da Erva-Mate

Com o ciclo erva mate, iniciam-se os investimentos em infraestrutura para transporte da produção e logística. Em 1892, a família Murinho, fundadora do Banco Rio e Mato

Grosso, associou-se a Thomas Laranjeira, formando a Cia Mate Laranjeira. A empresa tem grande sucesso, porém, em 1902, o Banco Rio e Mato Grosso passa por problemas econômicos por conta dos elevados investimentos com a Companhia, que enfrentava sérios prejuízos com o transporte da produção” (LIMA, 2000). Por conta disso, a companhia associa-se ao argentino Francisco Mendes Gonçalves, que organiza a Laranjeira Mendes & Cia (Figura 02). O capital estrangeiro proporciona investimentos maiores no transporte, como a criação da linha férrea *Decaville*, ligando o porto à fazenda São Roque, gerando outra alternativa para comercialização e facilitando o transporte da erva-mate.



Figura 02 - Depósito da CIA Erva Mate Laranjeira, madeira em 1913.

Fonte: Álbum gráfico, 1914.

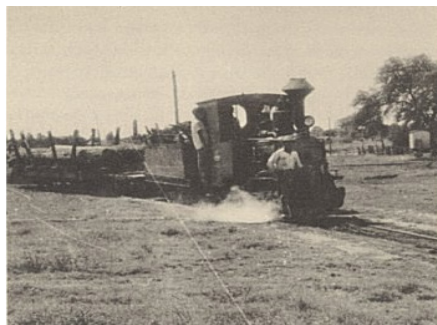


Figura 03 - Locomotiva transportando Porto Murtinho, 1936

Fonte: Álbum gráfico, 1914.

O ciclo ervateiro proporcionou investimentos e atraiu olhares de outras regiões tanto brasileiras como estrangeiras. Esse destaque na economia possibilita a instalação de muitos imigrantes que contribuem com as novas tecnologias de construção e comercialização.

Contudo, esse panorama econômico da erva-mate começa a perder força com a transferência da sede da companhia para uma região conhecida como Campanário, causando rumores acerca da perda da concessão da erva mate por parte da Cia Mate Laranjeiras, fazendo com que esta apoiasse o movimento separatista juntamente ao estado de São Paulo.

2.3.2 *Ciclo do Charque*

Em Porto Murtinho o ciclo do charque se iniciou após o ciclo da erva-mate, quando em 1909 começou a funcionar o Saladeiro do Barranco Branco, que pertencia a Empresa Extrativa e Pastoril do Brasil S.A., e o Saladero Cuê, de propriedade de Moali & Grosso Ledesma, ambas empresas com sede em Montevidéu, Uruguai. (BALBUENA e VAREIRO, 2015).

A atividade pecuária pantaneira despertou o interesse dos empresários da época

por fatores como localização privilegiada por vias fluviais do rio Paraguai, baixo preço do gado bovino e da mão de obra. O charque se estabeleceu como principal produto da pecuária, sendo exportado para países da América do Sul e Europa. Todo o processo de fabricação do charque era exercido manualmente, nos galpões de abate e varais de secagem da carne.

A produção do charque abasteceu o mercado interno e externo, com aumento das exportações para países europeus durante a Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918). Em 1937 foi o ápice da indústria do charque, onde a exportação chegou a 4.922.953 quilos (LIMA, 2013). Este novo ciclo levou à importação de materiais e técnicas construtivas da Europa.

2.3.3 Ciclo do Tanino

A situação de declínio econômico causado pelos ciclos encerrados não se manteve por muito tempo, uma vez que “o capitalismo se reinventa frente às adversidades, especialmente na presença de abundantes recursos naturais, e cria novos substratos de ação” (BENITES *et al*, 2019, p 5). Assim, em 1935 foi encontrada nova fonte econômica para a região: o Tanino. Essa resina vegetal extraída do Quebracho era matéria-prima utilizada na indústria química, no curtume e na tecelagem. Sua descoberta na região despertou novos interesses estrangeiros, que culminaram com a implantação da Florestal do Brasil S/A no município por um consórcio do Governo alemão, para industrializar o tanino.

2.4 Identificação do Patrimônio cultural de Porto Murtinho

Aqui é válida uma ressalva quanto ao levantamento e o inventário do patrimônio de Porto Murtinho. Dadas à dimensão territorial do município à complexidade e interações próprias de uma área de fronteira, percebe-se então a diversidade de fauna, flora, biomas e paisagens culturais, o povoamento feito por paraguaios, argentinos e brasileiros de origens diversas, bem como a presença de diversas etnias indígenas. (Figura 04),

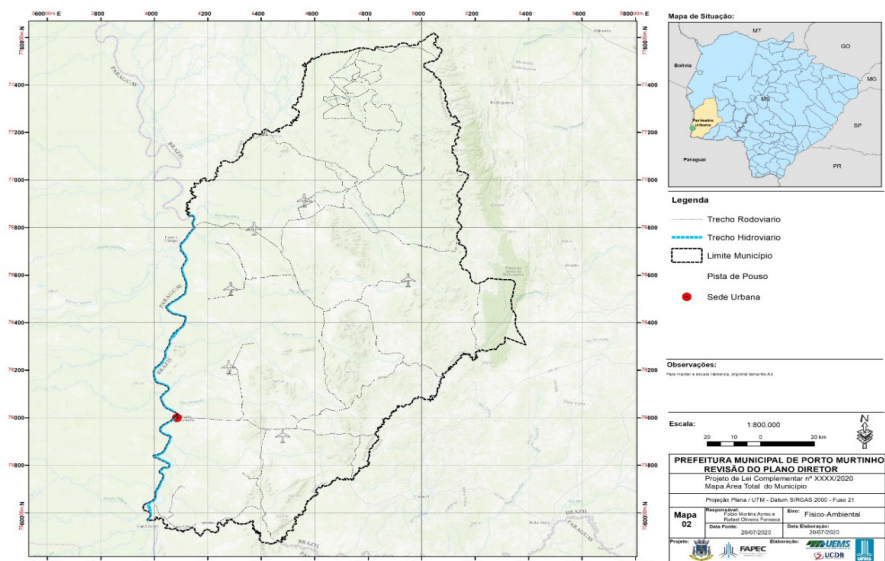


Figura 04 - Mapa de identificação do município e seu perímetro urbano.

Fonte: Fábio Martins Ayres e Rafael Oliveira Fonseca, 2020.

2.4.1 Patrimônio arquitetônico

Os critérios utilizados para a seleção das edificações foram baseados em Alois Riegl (1903), ao afirmar que se deve entender a partir de um sentido subjetivo e não objetivo a denominação de monumentos, utilizadas nessas obras, em razão de que seu significado assim como sua importância não são provindas de sua destinação original mas sim da atribuição dada pelos sujeitos modernos

Desta forma, os monumentos históricos selecionados são tidos como monumentos não volúveis: os quais, segundo Riegl (1903), não há a intenção de recorrer à memória ao ser construído, pois não foi concebido originalmente como um monumento, mas que recebe essa função com o decorrer do tempo e da história. Tais monumentos têm papel de registro das técnicas construtivas e dos materiais utilizados, indicativos da colonização e da evolução da cidade de Porto Murinho, através dos sucessivos ciclos econômicos da erva mate, do charque e do tanino, que determinaram a produção de seu espaço urbano.

Ainda segundo o autor há necessidade de um esclarecimento referente ao valor de memória não ser relacionado à obra no seu estado original, mas sim à sua representação no tempo passado que revela os traços de antiguidade.

Para que fosse realizada tal preservação, em visita ao Município de Porto Murinho foram identificados em planta de localização (Figura 05) alguns edifícios considerados relevantes, que servirão como uma amostra das inúmeras edificações que ainda não foram identificadas, sendo necessários, fazer um inventário mais preciso de toda a cidade.

DIRETRIZES PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PORTO MURTINHO
 PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO
 PLANTA DE LOCALIZAÇÃO NO PERÍMETRO URBANO



Figura 05 - Mapa de localização do patrimônio arquitetônico de Porto Murtinho.

Fonte: Elaborado por Amanda Maciel, Danilo Quirino, Emmanuel Conceição e Rodrigo Souza, 2020.

2.4.2 Patrimônio arqueológico

O patrimônio arqueológico brasileiro é reconhecido como parte integrante do Patrimônio Cultural Brasileiro pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216 e, os bens de natureza material de valor arqueológico, considerados bens patrimoniais da União, são definidos e protegidos pela Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.

Ainda segundo o IPHAN: Todos os sítios arqueológicos têm proteção legal e quando são reconhecidos devem ser cadastrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA). Portanto, segundo o Centro Nacional de Arqueologia do IPHAN (CNA), na cidade de Porto Murtinho, estão registrados os seguintes sítios arqueológicos (Tabela 02):

MS00092	Antigo cemitério dos índios Kadiwéu	Porto Murtinho	MS
MS00098	Pedra X	Porto Murtinho	MS
MS00102	Antiga aldeia de Nalique	Porto Murtinho	MS
MS00663	Rio Perdido 1 (RO1)	Porto Murtinho	MS
MS00664	Rio Apa 1 (RA1)	Porto Murtinho	MS

Tabela 02 - Sítios Arqueológicos em Porto Murtinho/MS

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

2.4.3 Patrimônio imaterial

No contexto de Porto Murtinho, o patrimônio cultural (material e imaterial) tem propiciado benefícios para a comunidade, configurado por empreendimentos culturais, econômicos e religiosos que ocorrem na cidade, transformando-se em setores de investimentos públicos e privados.

Para que seja realizada tal preservação, em visita ao Município de Porto Murtinho, algumas dessas manifestações foram consideradas relevantes e estão relatadas abaixo. Estes relatos servirão como uma amostra das inúmeras outras que ainda não foram identificadas, sendo necessários, fazer um inventário mais preciso do patrimônio imaterial da cidade. A seguir os relatos.

2.4.3.1 Hábitos e costumes

A população de Porto Murtinho tem em sua cultura a forte influência dos hábitos e costumes paraguaios. Logo, boa parte de seus habitantes têm suas raízes no Paraguai, e essa mistura é o que faz com que a cidade seja tão culturalmente rica. Nesse sentido, Porto Murtinho espelha a cultura da América Latina que é um complexo de relações que se entrecruzam, configurando um sistema próprio que coexiste com as tradições e a modernidade. Ressalta-se assim a importância do patrimônio cultural relacionado à memória vivida e sentida dos habitantes locais no processo de ressignificação dos eventos realizados anualmente na cidade, dentre eles:

2.4.3.2 O Touro Candil e a Festa de Nossa Senhora de Caacupé

Há uma estreita relação entre a narrativa teatral e musical e conseqüentemente o evento do touro candil com a celebração religiosa no culto à Virgem Maria de Caacupé e santa devota da maioria do povo murtinhense. Esta devoção faz parte da cultura fronteiriça pois de um lado temos às margens do Rio Paraguai, a mistura e movimento se alternam, do lado paraguaio Carmelo Peralta e Isla Margarita e do outro lado Porto Murtinho. Esta devoção é comum entre os brasileiros de Porto Murtinho e os paraguaios de Isla Margarita e Carmelo Peralta que se unem desde várias gerações à fé entre os dois povos.

2.4.3.3 Tereré

Há em Porto Murtinho uma “Praça do Tereré”, com uma grande guampa localizada no centro como símbolo da bebida bastante consumida pela população. É considerado um local de lazer à beira do Rio Paraguai. A população é acostumada a se reunir em rodas de tereré, para consumir a erva-mate em infusão em água fria e colocar a prosa em dia.

2.4.3.4 Gastronomia

A gastronomia em Porto Murтинho retrata uma particularidade de outras regiões do Estado, sendo algumas citadas a seguir:

2.4.3.4.1 Chipa

Também conhecida por chipa paraguaia é feita com queijo e polvilho e em formato de ferradura, conforme figura 06 (A).

2.4.3.4.2 Pomelo

O pomelo em alguns países da América do Sul, é como uma laranja gigante ou *grapefruit* (Figura 06 (C)), sendo uma fruta cítrica, de gosto meio amargo e sua polpa é de cor clara. Na região de Porto Murтинho é conhecida como “greífo”, famosa pelo sabor marcante e consumida para fazer bebidas como sucos e caipirinhas.

2.4.3.4.3 Sopa Paraguaia

Apesar de conter sopa no nome, esta é sólida, sendo mais como um bolo salgado à base de milho, queijo, ovos e cebola (Figura 06 (D)).

2.4.3.4.4 Lambreado

Trata-se de bife à milanesa passado em uma mistura de ovo e leite e empanado em farinha de trigo (Figura 06 (B)). Geralmente é acompanhado com mandioca.



(A) Chipa



(B) Lambreado



(C) Pomelo



(D) Sopa Paraguaia

Figura 06 - Comidas típicas.

Fonte: (A) Campo Grande News, 2020. (B) Lambreado Murтинhense, 2020. (C) Pensando Verde, 2020.(D) O Sul Mato Grossense, 2020.

2.4.3.5 Contos, lendas e músicas

A origem dos contos está relacionada à tradição de contar histórias de forma verbal. Quando transcritas, essas mesmas histórias (que geralmente seguem uma trama única) resultam em uma narrativa concisa que pode ser lida em pouquíssimo tempo. Para Kiefer (2011), podem ser consideradas narrativas que perpassam por gerações e geralmente, não tem autor conhecido. À medida que são contadas ao longo do tempo, elas são aumentadas, modificadas e se mantêm vivas graças à memória popular e dos contadores de história.

O município tem muito de sua cultura derivada da cultura paraguaia, devido a isso muitas das músicas tradicionais da região são derivadas de estilos musicais do país vizinho e constantes na vida da população. São eles o Chamamé, a Polca Paraguaia, a Guarânia e a Katchaka.

2.4.4 Paisagem cultural

A paisagem cultural é uma categoria específica criada recentemente no escopo do Patrimônio Cultural. A definição do que seria paisagem cultural ainda está em construção por conta dos vários significados que pode apresentar e pelo tratamento compartimentado entre patrimônio natural e cultural que fora adotado tempos atrás.

Porém, a Portaria nº 127 sobre a chancela da Paisagem Cultural brasileira, promulgada pelo IPHAN em 2009, traz definição basilar do que seria esta nova categoria. Segundo a sua definição: “A Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (Portaria IPHAN nº127 de 30 de maio de 2009,).

Portanto, considerando as definições, foi possível identificar no município de Porto Murtinho locais que devido sua localização geográfica, fatores históricos e naturais, são adotados como pontos de importância histórico-cultural, tais como nas tabela 03:

Nome	Localização	Territorialidade	Estado
Morro do Pão de Açúcar	Fazenda Porto Conceição	Limites Porto Murtinho/Paraguai	MS
Fecho dos Morros	Ponto mais alto do Rio Paraguai	Porto Murtinho	MS
Morro Celina	Margem Paraguaia do Rio Paraguai		
Barranco Branco	Fazenda Barranco Branco - 2ª Companhia de Fronteira do Comando Militar do Oeste	Porto Murtinho	MS
Cachoeira APA	Parque do Rio APA	Porto Murtinho	MS
Cachoeiras do Rio Aquidauana	Fazenda Baía das Garças	Porto Murtinho	MS

Tabela 03 - Pontos de importância histórico-culturais em Porto Murtinho

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho. Autora: Andressa Silva Moura, 2020.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das pesquisas, análises e visitas *in loco*, tornou-se possível a identificação de elementos culturais já reconhecidos de Porto Murтинho, e ainda, o resgate da arquitetura - produzida entre os ciclos econômicos descritos anteriormente - que ainda não é caracterizada pelas diretrizes de proteção e conservação do patrimônio cultural. Agregando-se à análise dos costumes e cultura local, o estudo histórico nos permite evidenciar a importância dos valores arquitetônicos no momento em que os imigrantes chegavam à cidade e como essa questão se reflete nos remanescentes patrimoniais situados em Porto Murтинho até hoje, onde a população tem seu passado registrado nos materiais e técnicas construtivas empregadas na arquitetura sendo predominante o uso da madeira e dos tijolos maciços.

Assim, o eixo de “Patrimônio Histórico Cultural” representa, além do resgate de obras que foram condenadas ao abandono, a integração dos habitantes com a criação da cidade, de modo que os elementos ganhem mais significação e que gere mais enriquecimento do cotidiano ainda mantendo as tradições originais. A identificação e resgate dos bens materiais e imateriais poderão levar à preservação do patrimônio e, com isso, dar impulso a um processo que pode levar a cidade a um crescimento e enriquecimento, a partir também de um cenário turístico e reconhecimento por um público externo.

REFERÊNCIAS

BALBUENA. Lucíδια Balbuena Vareiro; KANASHIRO. Daniela Sayuri Kawamoto Kanashiro. A Educação Fronteiriça: matrícula, evasão e reprovação dos alunos Ayoreos, numa escola de Porto Murтинho/MS. Interletras, V.8, Edição 31, setembro 2020. Disponível em: <https://www.unigran.br/dourados/interletras/ed_anteriores/n31/artigos.php> Acesso em 3 Março 2021.

BRASIL. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília/Capital Federal, 1961

BRASIL. Decreto nº3551 de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Brasília/Capital Federal, 2000

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro/Capital Federal, 1937.

BRASIL. Decreto-lei nº. 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília/Capital Federal, 2000.

BRASIL. Lei. nº 3.924, de 30 de novembro de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília/ Capital Federal, 1961.

IPHAN. Portaria nº. 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

KIEFER, Charles. *A poética do conto: de Poe a Borges – um passeio pelo gênero*. São Paulo: Leya, 2011.

LIMA, Maria Margareth Escobar Ribas. *Ciclos econômicos e produção arquitetônica em Porto Murinho*. Campo Grande, MS: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, 2013.

LIMA, Maria Margareth Escobar Ribas. *O Resgate de Porto Murinho*. Ensaios e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde, vol. 4, núm. 3, dezembro de 2000, p. 135- 143 Universidade Anhanguera Campo Grande, Brasil. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26040309>> Acesso em 03 Março 2021.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº 12.686 de 30 de dezembro de 2008. Regulamenta a Lei nº 3.522, de 30 de maio de 2008, que “Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Mato Grosso do Sul”, e dá outras providências. Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Normas-de-tombamento-1.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2020.

MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 3.522 de 30 maio de 2008. Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Lei-3.522_2008.pdf>. Acesso em: 8 out. 2020.

MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 5.035 de 31 de julho de 2017. Altera a Lei nº 3.522, de 30 de maio de 2008, que dispõe sobre a proteção do patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO9462_01_08_2017>. Acesso em: 8 de out. 2020

PORTO MURTINHO. Lei Municipal nº 1403, de 23 de abril de 2009. Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Cultural do Município de Porto Murinho. Porto Murinho/Mato Grosso do Sul. 2009.

PORTO MURTINHO. Lei Municipal nº 1461, de 17 de fevereiro de 2011. Reformula o Conselho Municipal de Cultura no Município de Porto Murinho. Porto Murinho/Mato Grosso do Sul. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO. Atrativos Turísticos Naturais. Disponível em: <<http://www.portomurinho.ms.gov.br/turismo/1/atrativos-turisticos-naturais>>. Acesso em: 05 nov. de 2020.

RIEGL, Alois. *Le culte moderne des monuments* (1903). Son essence et sa genèse. Tradução Daniel Wieczorek. Paris: Seuil, 1984.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adensamento 16, 124, 132, 211, 213, 214, 215, 216, 226, 232

Amazonas 33, 34, 35, 36, 46, 47

Antigo mercado de Santo Amaro 15, 16, 17, 20, 21, 24, 25, 27, 28, 30

Arquitetura de interiores 48, 49

B

Biomimética 48, 49, 50, 51, 52, 53, 58, 59

C

Cidade 2, 3, 5, 8, 9, 10, 13, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 26, 29, 30, 31, 34, 35, 40, 46, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 172, 178, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 224, 230, 231, 232, 233

D

Desenho urbano 46, 85, 123, 124, 136, 137, 141, 218

Dignidade urbana 139, 141

Direito 28, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 75, 80, 151, 152, 161, 163, 164, 165, 166

Direito à cidade 64, 66, 67, 68, 80, 152, 161

E

Eixo histórico de Santo Amaro 18, 20, 21, 22, 23, 26, 30, 31

Escala do pedestre 123, 124, 136

Espaço aéreo 211, 212

Espaço público 71, 75, 79, 82, 83, 87, 92, 136, 143, 152, 165, 198, 199, 200, 216

Espaços de pesquisa 48

Experiência urbana 169, 186

G

Gestão colaborativa 82

I

Identidade urbana 123, 124, 131, 138

Intervenção urbana 169

J

Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 70

M

Mapeamento comportamental 139, 144, 149

Metrópole 69, 127, 211, 212, 215, 216, 220

Mobilidade urbana 152, 153, 154, 158, 159, 162, 164, 165, 166, 167

Moradia 40, 46, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 143, 164, 192, 208

P

Parklet 191, 198, 201, 202, 203, 205

Patrimônio arquitetônico 8, 9, 15, 21

Patrimônio cultural 1, 2, 3, 4, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 21, 22, 30

Patrimônio imaterial 2, 10, 13

Patrimônio material 1, 2, 15

Percepção dos usuários 70, 72, 80

Placemaking 82, 83, 86, 87, 88, 91, 94, 95, 198, 199, 201, 203

Planejamento urbano 22, 80, 83, 111, 127, 153, 161, 164, 166, 169, 181, 182, 184, 198, 204, 209, 215

Políticas públicas 60, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 125, 128, 153

Porto Murinho 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14

Praça Horácio Sabino 82, 89, 90, 91, 94, 95

Praça Victor Civita 82

R

Referenciais urbanos 123, 124, 127, 128, 130, 132, 136

Regularização 60, 61, 65, 66, 67, 68

Rotas caminháveis 123, 124, 125, 126, 127, 130, 132, 133, 135

Rupturas urbanas 139, 140, 141, 144

Ruralidades 97, 98, 99, 100, 103, 107, 108, 110, 111, 113, 116, 117, 121

S

São Paulo 1, 6, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 46, 47,

59, 68, 69, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 95, 96, 108, 117, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 130, 131, 132, 136, 137, 151, 166, 167, 183, 188, 196, 197, 209, 210, 211, 215, 219, 221, 233, 234

Sistema de espaços livres 70, 183

Sustentável 88, 124, 127, 137, 140, 152, 165, 207, 208

T

Transformação urbana 76, 124, 204, 211

U

Urbanismo 15, 29, 31, 37, 46, 47, 80, 89, 95, 96, 123, 124, 127, 137, 151, 152, 169, 170, 174, 181, 184, 185, 186, 190, 191, 195, 196, 199, 208, 209, 214, 235

Urbano 5, 8, 16, 19, 20, 21, 22, 26, 46, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 72, 75, 79, 80, 83, 84, 85, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 108, 109, 110, 111, 113, 116, 117, 118, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 130, 132, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 152, 153, 154, 156, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 174, 181, 182, 184, 185, 186, 191, 194, 195, 198, 199, 200, 201, 204, 206, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 219, 221, 224, 228, 231, 233

V

Ventilação natural 33, 37, 38, 42, 43, 45, 47

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA E SOCIEDADE BRASILEIRA

 **Atena**
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA E SOCIEDADE BRASILEIRA

 **Atena**
Editora

Ano 2021